

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS  
NÚCLEO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVO ARIPUANÃ  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA**

LILIA QUADRO DE CARVALHO

**RELATO DE EXPERIÊNCIA ACADÊMICA: MEMÓRIAS DE  
TRABALHADORES DO PAU-ROSA EM NOVO ARIPUANÃ-AM (1960-1970)**

Novo Aripuanã  
2024



LILIA QUADRO DE CARVALHO

**RELATO DE EXPERIÊNCIA ACADÊMICA**  
Memórias de trabalhadores do pau-rosa em Novo Aripuanã

Trabalho final, apresentado a Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP, defendido no Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã – NESNAP, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado (a) em História, sob a orientação do professor Me. André Luiz Passos Araújo.

Novo Aripuanã, 30 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. André Luiz Passos Araújo  
Professor Orientador

Prof. Me. Leonardo Lucas Britto  
Membro

Prof. Dr. Tenner Inauhiny  
Membro

**RELATO DE EXPERIÊNCIA ACADÊMICA: MEMÓRIAS DE TRABALHADORES  
DO PAU-ROSA EM NOVO ARIPUANÃ-AM (1960-1970)**

*Líliã Quadrol de Carvalho<sup>1</sup>  
André Luiz Passos Araújo<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O objetivo deste relato de experiência é descrever uma prática acadêmica durante o curso de Licenciatura em História, que consiste em analisar a memória dos trabalhadores da extração do óleo essencial de pau-rosa em Novo Aripuanã-AM, recorrendo ao método da História Oral para a elaboração documental. Foram coletadas entrevistas sobre a extração, organizações laborais, modo de vida e as relações patronais. Observou-se como desempenhavam suas atividades e as peculiaridades do trabalho na usina. Percebeu-se, ainda, o vínculo de dependência dos trabalhadores em relação ao patrão.

**Palavras-chave:** Relato de experiência. Memórias. Trabalhadores do pau-rosa. Novo Aripuanã-AM.

### **1. Introdução**

O relato de experiência nesse universo acadêmico, representa uma mudança no pensamento crítico e a forma de ver o mundo, sobretudo na compreensão das fontes, pois são fundamentais para construir ou responder determinadas lacunas da história de Novo Aripuanã-AM. Logo, este estudo propõe retratar uma prática acadêmica, no campo da História Oral, que consistiu analisar como objeto, a Memória dos trabalhadores de pau-rosa nas décadas de 1960 a 1970, de modo a perceber o impacto desta atividade na vida dos municípios.

O interesse por esse tema, surge exatamente no fato que há poucos registros documentais desse período no município. Como alternativa, buscou-se a memória dos indivíduos que vivenciaram essa experiência, permitindo, por meio de suas narrativas, construir um cenário da cadeia de extração do pau-rosa e ainda estabelecer uma análise sobre fatores que corroboram a formação de uma identidade típica dos trabalhadores desse ramo, trazendo à tona uma importante face da história que fora tomada pela amnésia do tempo, mas que ainda vive nas reminiscências dos antigos moradores da cidade.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em História, Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã – NESNAP, Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: [carvalholilia026@gmail.com](mailto:carvalholilia026@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor Assistente do Curso de Licenciatura em História do Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã – NESNAP, Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – PPGH/UFAM. E-mail: [luizpassos\\_am@yahoo.com.br](mailto:luizpassos_am@yahoo.com.br).

No contexto da extração do óleo essencial do pau-rosa na Amazônia (*Aniba rosaeodora Ducke*), essa atividade surge em meados de 1920 com uma alta procura, pois a substância do óleo (linalol) é fundamental para fixação de perfumes em toda Europa, motivo pelo qual a exploração se expande para as regiões da Amazônia recebendo financiamento por refinarias de perfumes, inclusive a famosa Channel, (Homma, 2014, p.76-94). Nesse processo as formas de trabalho são atreladas ao antigo sistema de aviar do ciclo da borracha, porém na produção da extração do pau-rosa, esse sistema é conhecido como “Abono”.

Na compreensão de Rodrigues et al. (2014, p. 64-73), o sistema de “abono”, assim como no aviamento, se tornou uma estratégia de aliciar o trabalhador, cedendo um valor antecipado como empréstimo, e a forma de pagamento por meio da força braçal do trabalhador. Em outras palavras, o abonado deveria pagar suas despesas com o produto. O trabalho na extração do óleo essencial do pau-rosa no Baixo Amazonas, se dava de forma organizada, consistindo da extração ao transporte à transformação de toras em óleo (linalol). Essas etapas faziam com que os trabalhadores da usina, sujeitasse a longas horas de trabalho.

A descrição do processo produtivo da essência do pau-rosa e o sistema do abono, foram importantes para compreender o funcionamento dessa atividade na usina em Novo Aripuanã-AM. Em vista da falta de documentos sobre essa atividade nesta região, faz-se necessário recorrer aos métodos específicos, para a reconstrução dessa parte da história no município.

## **2. Materiais e métodos / Procedimentos metodológicos**

Esta pesquisa foi desenvolvida na cidade de Novo Aripuanã-AM, seguindo o método de História Oral, sob a perspectiva de Meihy e Holanda (2020, p. 38) na modalidade História Oral Temática. Assim, para compor a rede de depoentes, fez-se uma busca de trabalhadores da usina que residem na cidade, que indicaram outros, criando um grupo de sujeitos que possuem traços comuns em sua trajetória.

Após o contato, foram realizadas entrevistas com perguntas semiestruturadas de forma individual e aplicadas para a coleta das narrativas que, embora individuais, mantêm uma correlação com os demais indivíduos do grupo, formando uma memória coletiva do trabalho de extração do pau-rosa. Em vista disso, recorre-se ao pensamento de Pollak (1989, p. 02), para o qual, a memória dos trabalhadores é a reconstituição de uma história que dá voz aos que não estão nos documentos ditos oficiais.

Na perspectiva do Portelli (1997, p. 26-29) o tratamento das fontes orais, ocorre por etapas, que prevê a utilização de gravador, em seguida, a transcrição e a textualização, mantendo uma postura ética e fidedigna, permitida pelo depoente para usa-la em produções documentais. Também foram coletados como fontes, os acervos fotográficos e documentais fornecidos pelos depoentes que formam um conjunto de dados para a análise.

Por conseguinte, foram realizadas 08 entrevistas com pessoas ligados a atividade da extração de pau-rosa. Os depoentes foram: o Sr. Paulo Francisco Alves de Santana, 63 anos, função de carregador; o Sr. Manoel Vivaldo Alves de Magalhães, 71 anos, função de carregador, cortador, triturador; o Sr. Raimundo de Oliveira da Silva (Curimatá), 75 anos, foi carregador, foguista, lenhador e cantineiro; o Sr. José Elias Saldanha Colares (Nego Colares), 64 anos, morador da cidade; o Sr. Geraldo Rodrigues França, 79 anos, foi cortador, lenhador, foguista, triturador e transportador; a Sra. Sinhorina Gomes de Amorin, 87 anos, função de carregadora; Sr. Edinaldo da Silva Teixeira (Barrasco), 72 anos, foi carregador, lenhador, triturador, transportador, cortador e transportador; e o Sr. Anibal Bentes Ferreira, de 89 anos, função de mateiro.

Para compreender as narrativas das memórias dos trabalhadores, leva-se em consideração as ponderações de Pollak (1992) de que a Memória Social é um fenômeno coletivo e submetido a transformações, mas que estabelece uma espécie de elo entre aqueles que vivenciaram determinada experiência, o que leva à construção de uma identidade. As correlações de memórias levam à formação de elementos que as ancoram por meio de um objeto significativo que pode ser uma música, uma prática, um espaço. Esses elementos, na compreensão de Nora (1993) são os chamados lugares de memórias que se reprocessam nas memórias coletivas como forma de salvaguardar o que precisa ser lembrado.

Diante dessa reflexão, tem-se que os sujeitos em questão estabeleceram vínculos de memória por meio de seu trabalho que é, por si, o seu lugar de memória unindo-os em uma identidade e promovendo reminiscências capazes de serem lembradas e compartilhadas entre eles.

### **3. Divisão do trabalho**

Para compreensão do processo produtivo do óleo essencial na usina de Novo Aripuanã-Am, é preciso recorrer as narrativas dos pau-roseiros, para reconstruir o cenário

histórico da época. No discurso dos entrevistados, retratam que essa época a vida era simples, o trabalho girava em torno do funcionalismo público, do setor agrícola e do extrativismo.

No artigo dos geógrafos, Colares e Pimenta (2022) o extrativismo é demonstrado como uma atividade de recurso natural desde antes da fundação do município, tais como, a borracha, castanha, minério, animal e etc. Apesar disso a extração do óleo essencial de pau-rosa não é retratada no trabalho, mas também esteve presente e, por algum infortúnio, teve poucos registros sobre sua prática.

Partindo para a análise desse universo de memórias a explorar, compreende-se as vivências e os modos de vida como uma possibilidade de compreensão ampla do trabalho de exploração do pau-rosa. Nesse sentido, ao destacar a narrativa do Sr. Nego Colares, morador da cidade de Novo Aripuanã, percebe-se uma visão de como era a cidade, as formas de empregabilidade além de fazer uma referência a usina como a primeira “fonte de emprego” que trouxeram benefícios a uma parcela da população.

A Usina de Pau rosa [...] acredito que seja a primeira fonte de emprego que não foi na prefeitura em Novo Aripuanã, a cidade era bem pequena, mas quase 50% dependia muito da usina naquele tempo, porquê a prefeitura empregava uma parte outra parte era o pessoal que trabalhava no mato e a outra parte era da usina, eram três fontes praticamente de emprego [...] Nossa cidade [...] era bem pequena e, por isso era fácil para as pessoas viverem porque não tinha assim tanto consumo, mas tinha o extrativismo e a Usina aqui empregava o pessoal e a prefeitura que empregava pouca gente [...]. (Entrevista com o Sr. José Elias - Nego Colares).

É aceitável, de acordo com as fontes, que a atividade de extração do óleo tenha iniciado de forma sistemática por volta dos anos de 1960, ou seja, cinco anos depois da fundação do município, emancipado de Borba no ano de 1955. A fala do depoente corrobora, portanto, o fato de que o funcionalismo público e o extrativismo de outros gêneros atendiam a grande parte das oportunidades de emprego na cidade, sendo, a emergente atividade de extração de pau-rosa, uma nova possibilidade de trabalho e de desenvolvimento da cidade.

Para entender como foi instalada a usina e como era a organização dessa nova “fonte de emprego”, pode-se recorrer à narrativa do Sr. Geraldo Rodrigues, trabalhador do pau-rosa na região de Autazes e que esteve presente na implantação da usina em Novo Aripuanã.

[...] no rio Preto em Autazes, comecei a trabalhar com 11 anos [...] de lá eu vim pra cá, [...] tinha trabalhado na mesma usina que veio de lá pra cá. Usina do rio Preto-Autazes [...]. O senhor David Gatenha, ele comprou né, aí trouxe prá cá. (Entrevista com o Sr. Geraldo Rodrigues).

Com meus pais, meus irmãos, toda família [...] todo freguês ajudava né, patrão também era bom seu David, trabalhou, montamos, arrumamos, botamos todo material pra dentro, caldeira, tanque, motor, e ainda tinha um bucado de pau-rosa ainda né, e começemos a trabalhar desde princípio. (Entrevista com o Sr. Geraldo Rodrigues).

A narrativa do depoente, faz um resgate da implantação da usina de pau-rosa, localizada à margem esquerda do Rio Aripuanã. Ele descreve que a usina foi comprada, mas que antes a atividade da extração era no rio Preto em Autazes. Esse processo de instalações das usinas, e as expansões para outras regiões, são descritas por Homma (2014, p. 75-94) que destaca a retirada desenfreada do pau-rosa, causando o esgotamento da árvore, sendo, portanto, necessário partir para outros locais. Dessa forma as usinas eram expandidas para outras regiões do Amazonas, o que provavelmente explica o deslocamento da usina de Autazes para Novo Aripuanã.

No contexto da transferência da usina de Autazes para Novo Aripuanã, observa-se a figura constante de um sujeito que permeia toda a trajetória da atividade extrativista do pau-rosa na região, o Sr. David Gonçalves Gatenha. Nascido em 06 de abril de 1920 na cidade de Parintins, vindo da terra natal, o Sr. David Gatenha chega em Novo Aripuanã, por volta de 1940. Nessa região ele exerceu atividade de comerciante que o levou a uma significativa relevância no cenário econômico e político da cidade.

O memorialista Francisco Gouvêa, em sua obra “História do Nosso Povo” destaca o Sr. David Gatenha como uma figura importante no campo empresarial. Era um comerciante de estivas, e comprador de produtos extrativistas, como borracha, castanha, copaíba e etc. (Gouvêa, 2021, p. 67). Nos arquivos pessoais administrativos do Sr. David Gatenha, pode-se constatar que possuía significativa quantidade de terras nos rios Aripuanã, Mariepauá e, propriedades na zona urbana. Ele, também esteve muito influente na política local, inclusive foi prefeito da cidade em 1960 a 1963, e na eleição seguinte candidatou-se para vereador, sendo eleito em 1964 até 1967.

Nesse sentido, sua expressiva presença em várias dimensões da sociedade novo aripuanense, inclusive no mundo do trabalho, faz com que seu nome seja lembrado em todas as narrativas dos colaboradores, que o apontam como proprietário e gerente da destilaria. Além disso, é interessante como ele sempre é referenciado como um bom patrão. Isso acontecia pelo fato de, diante da escassez de trabalho, empregava as pessoas na extração de pau-rosa, gerando entre os empregados um sentimento de gratidão.

A gente era meio pobre [...] e disse: “ah não, vou parar de estudar, vou trabalhar, vou trabalhar” e foi lá na usina [...] seu David disse: “quer vim, então venha, mas cê não garante ainda”. Mas eu disse, que quero trabalhar, aí eu fui, carregava duas lascas de lenha o dia todinho, tinha dia que nem comia nada. (Entrevista com o Sr. Edinaldo Teixeira - Barrasco).

Á convite de um padrinho meu, chamado de Dico Tipiti, que o filho dele que chamam de Zeca Doido, Zeca Cruz, ele começou a trabalhar e me convidou e através do meu padrinho ele conseguiu me infiltrar lá, como carregador de pau-rosa do Seu David Gatenha, eu passei esse tempo trabalhando, esse período. (Entrevista com o Sr. Paulo Santana)

No trecho da fala do Sr. Barrasco, retomam a discursão da vida simples, mas também apresenta a dificuldade financeira das famílias da cidade na época, afetando diretamente nos estudos dos jovens. Com base nos relatos e no grau de escolaridade dos depoentes coletadas nas entrevistas, reafirmam o abandono nos estudos, para ingressarem no trabalho.

O recrutamento dos homens na usina de pau-rosa, apresenta forma que não se encaixa, por exemplo, no sistema de “abono”, uma vez que a relação contratual dos trabalhadores da região, geralmente poderia ocorrer de duas maneiras distintas: uma que se concentrava nas relações de proximidade com o empregador, ou seja, por meio de indicação de parentes ou de trabalhadores que já estavam empregados; outra que se consagrava por meio de busca direta de trabalho junto ao patrão. Em nenhuma dessas possibilidades existia a iniciativa de abonar os trabalhadores, o que pode ser explicado pela abundante força de trabalho que era resultado das poucas oportunidades de serviço.

A rotina da usina consistia em trabalho de 24 horas por dia. Cada empregado trabalhava 12 horas no sistema de rodízio e eram organizados em duas turmas, sendo que a primeira entrava as 06h da manhã, saindo às 12h da tarde, retornando às 18h e saindo às 00h. A segunda turma preenchia os horários vagos da primeira.

[...] entrava 7 horas, tinha uma turma que pegava as 6 horas e a outra pegava e largava, essa que pegava 6 horas, largava meio dia. E essa que [...] largava meio dia voltava 6 horas de novo até meia noite, da meia noite em diante era outra turma. (Entrevista com o Sr. Geraldo Rodrigues).

A jornada de trabalho descrita nessa região, vai ao encontro com o trabalho desenvolvido por Bitencourt (2014) descrevendo as longas jornadas de trabalho dos pau-roseiros nos municípios de Parintins e Nhamundá. Porém esta pesquisa, revela um diferencial na jornada de trabalho para alguns grupos de crianças, jovens e mulheres que trabalhavam

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

menos que 12 horas por dia, entrando em turnos fixos das 7h às 11h, com retorno às 13h e saída às 18h, voltando para o serviço somente no dia seguinte.

Chegava era as 07 horas, a hora de pão, hora de tirar o menino da rede, aí ia trabalhar até 11 horas. Das 11 horas a gente vinha pra comer o que tinha e voltar, quando era 13 horas estava de novo, assim que nós vivíamos com meus dois filhos. (Entrevista com a Sr<sup>a</sup>. Senhorina Gomes).

A organização do trabalho na usina, partindo da análise da narrativa dos colaboradores, era dividida em três níveis: a primeira era o administrativo, composto pelo dono, gerente e o caixa; o segundo eram os mateiros; e o terceiro era o processo de destilar, que consistia em subfunções como: o triturador, foguista, cantineiro, carregador, lenhador e o destilador.

No que compete ao administrador que era o proprietário David Gatenha, cabia a responsabilidade de empregar, fazer acordos de pagamentos aos trabalhadores, transportar as toras em batelões até a usina, e fazer a exportação do óleo essencial para as firmas. Seus administradores eram os senhores Abrante e Oscar, responsáveis por fiscalizar os trabalhadores, e o Sr. Raimundo Pedro da Cruz (Dico Tipiti) responsável pelo caixa e registro dos nomes dos trabalhadores, as dívidas e os saldos.

[...] quando foi um dia seu Davi me chamou e disse, “olha, você vai sair daí, vai tomar conta de 6 homens durante a madrugada, o seu Abrante durante o dia até as 18h da noite”. Assim trabalhei [...] O gerente era o senhor Abrante e o Oscar. (Entrevista com o Sr. Raimundo Oliveira - Curimatá).

O Dico Tipiti, trabalhava com o David, ele era o, eu chamava guarda livro do David, porque tudo era resolvido pelo Dico viu [...] ele que era o chefe da procuração, era o caixa falado, hoje em dia se chama o caixa, naquele tempo era, era como que dava esse negócio, guarda livro, guarda livro era o Dico Tipiti [...]. (Entrevista com o Sr. Anibal Bentes).

Quanto aos mateiros, eram responsáveis por explorar as árvores de pau-rosa no mato, geralmente eram moradores de comunidades ribeirinhas, e se constituíam em torno de 07 a 08 homens, mapeando as árvores, depois faziam carregadores (estradas), derrubavam com o marchado, nessa época ainda não existiam motoserra. Após a derrubada da árvore, as dividiam em toras largas com um traçador (traçador era o nome dado a serra de madeiras), após cortadas faziam com um cipó, cordas para amarrar no torno (torno era o nome dado a um pedaço de pau), esse torno era fixado ao lado das toras, depois era puxada até aos igarapés, os

galhos também eram aproveitados, eles construíam um tipo de paneiro com cipó chamado Jamanxi, onde eram colocados os galhos e carregados até os igarapés.

[...] naquela época não chamamos de carreador, era estrada [...] as derrubadas da madeira no manchado, traçado com o traçador, traçador era a serra [...] é aí traçava todinha, bom agora vamos entrar na função pra puxar. Tudo era tirado com 1 metro de cambunhão, aí metia o torno na testa da madeira e puxava pra beira do Igarapé. Depois que puxava aquela madeira, tora, nós ia por laderia, tirar o galhos tudinho, enfachar e conduzia num instrumento tecido de cipó, dava-se o nome de jamanxi, não era paneiro, era jamanxi, aí a gente carregava naquilo, jamanxi, trazia pra beira, até colocar tudo na beira. [...] Aí trazia pra beira de Igarapé. (Entrevista com o Sr. Anibal Bentes).

Quanto ao processo de destilar, acontecia de modo contínuo, ficando sujeito a cada trabalhador, para que a produção não parasse. Indo ao encontro de Bitencourt (2014,) no que competia às funções, pode-se afirmar que o processo se dava de forma bem definida e padronizada, organizada da seguinte forma:

lenhador, responsável por partir as lenhas; o triturador, em operar a máquina de triturar os cavacos; o foguista, responsável pela manutenção do alambique, uma caldeira de médio porte movido a vapor, onde era feito a destilação do pau-rosa; os carregadores, responsáveis por transportar as lascas de madeiras e os tambores ao batelão; o destilador, responsável de retirar o óleo do recipiente após a destilação; e o cantineiro, responsável pela venda das mercadorias aos trabalhadores. (Bitencourt, 2014, p. 76-78)

As narrativas dos colaboradores da usina de Novo Aripuanã-AM, demonstram que de fato existiu essa atividade e retratam como era as funcionalidades e a organização da extração do óleo essencial, mas para além, é possível analisar uma mutabilidade de funções nesse processo de extração, que está atrelado a jornada de trabalho desses indivíduos, pois trabalhavam 12h por dias, em turnos alternativos, acarretando em mudanças de funções no trabalho. A fala do senhor Curimatá é exemplar, nesse sentido:

Ele achou que eu era muito inteligente e me tirou da função de triturar. Fui para cantina, que melhorou. No dia de sábado era só para tomar nota, para as freguesias da usina, como o açúcar, café e etc. Quem adicionava o preço era o finado David. (Entrevista com o Sr. Raimundo Oliveira - Barrasco).

Em suma, o trabalho na extração de pau-rosa, foi uma atividade existente, que consistia em mãos de obras, de homens, mulheres e crianças pra esse serviço. Atividade que, na memória dos colaboradores foi a forma de ajudar na renda da família, mas que, por outro lado, evidenciam uma faceta que os expunha a extensas horas de trabalho, em situações

insalubres, sob nenhum aparato legal que lhes garantisse direitos e pagamento adequado ao seu trabalho. Diante desta exposição, trataremos a seguir das relações econômicas que subsidiam a ligação do trabalho com a vida dos trabalhadores.

#### **4. Relações econômicas**

As narrativas dos depoentes elucidam os possíveis ganhos nessa atividade, na qual a figura do patrão é determinante no contexto socioeconômico local, uma vez que, por ser um sujeito influente, estabelece vínculos de confiança e afeto juntos os moradores do município e proporciona oportunidades de trabalho, moldando a relação entre patrão e empregado. Ao implantar a usina de pau-rosa, o proprietário favorece a concentração de capital, que não necessariamente representa ganhos estruturais para cidade, mas fomenta nos trabalhadores esperanças de melhores condições de vida.

Rapaz, eu tinha a base de 9 anos mais ou menos, já estava maduro, graças a Deus, papai não tinha quase condições de sustentar uma família, e eu depois que comecei a trabalhar na usina, eu comprava um rancho por semana, aí melhorou mais um pouco, ele disse: - “Oh! meu filho, graças a Deus, que deu mais um pouco aqui em casa”. (Entrevista com o Sr. Raimundo Oliveira - Curimatá)

A fala do Sr. Curimatá, enfatiza as adversidades enfrentadas pelas famílias carentes no município, refletindo diretamente na necessidade de garantir o sustento básico, além de favorecer o trabalho infantojuvenil. O termo “maduro”, expressa a realidade da época, onde as crianças que apresentavam um porte físico mais robusto, eram considerados prontos para o serviço, tomando pra si as responsabilidades da família e ingressando no trabalho que potencialmente poderia melhorar suas condições de sobrevivência.

Ao refletir sobre a arregimentação de trabalhadores em tenra idade, vale observar que no contexto histórico do trabalho infantil no Brasil, em meados do século XX, no governo de Getúlio Vargas, as pressões populares reivindicavam por direitos trabalhista, que incluía o debate a respeito do emprego de mão de obra de menores. Com a Consolidação das leis trabalhista – CLT, a pauta da criança no mercado do trabalho foi regulamentada, limitando a idade mínima entre quatorze à dezoito anos, considerando-os jovens aprendizes para prática nas indústrias e minas. Na constituição federal de 1967, o decreto reduz essa idade para os menores de doze à quatorze anos, “leis que por questões sociais [...] não foram devidamente aplicados na prática”, (Guimarães, 2011, p. 18-22).

Nesse sentido, a presença de crianças no trabalho da extração do pau-rosa em Novo Aripuanã, era comum, embora existissem leis que as amparassem. A realidade da região amazônica, por seu afastamento dos grandes centros, tornava mais difícil o papel fiscalizador do estado configurando um cenário em que as crianças faziam parte da força de trabalho.

A produção do óleo essencial consistia de muitos processos até sua destilação e, em todos, um grande contingente de trabalhadores era imprescindível. Não há números exatos da quantidade de trabalhadores nessa produção, mas a partir das narrativas dos depoentes, supõe-se uma estimativa, incluindo mulheres e crianças.

[...] eu acredito que quando a usina estava funcionando a todo vapor mesmo, acredito que nós trabalhávamos em torno de 100 pessoas, porque o funcionamento da usina requeria uma quantidade de pessoas, era pessoas, para carregar, era pessoas para partir, tinha pessoas para triturar, era pessoa para carregar esse cavaco... para subir numa escada e colocar dentro do alambique, [...] então exigia muita gente para trabalhar. (Entrevista com o Sr. Vivaldo Magalhães)

Pode-se excetuar dessa contagem os chamados “mateiros”, sujeitos que ingressaram no processo de exploração do pau-rosa, a partir do esgotamento da extração do látex, onde redirecionam suas atividades para a identificação e coleta das árvores, oferecendo uma outra categoria de trabalho ao dono da usina. Esse novo elemento faz com que os mateiros se considerem trabalhadores de outra ordem, não se reconhecendo como mão de obra da usina, mas como um freguês (cliente), do dono. Este, liberava uma quantia suficiente de mercadorias para que aquele pudesse bancar as atividades de aquisição do pau-rosa, cabendo a ele o pagamento dessas mercadorias por produção.

[...] “ David eu queria trabalhar rapaz” – aí – “tu vai trabalhar em quê” – eu digo – “ vou trabalhar em pau-rosa” – aí ele disse – “rapaz eu vou mexer com pau-rosa, aí rapaz eu preciso de pau-rosa mesmo, tô com uma usina ali e tô precisando dessa madeira, mais tu vai trabalhar em que rio?” - eu digo – “vou trabalhar no rio Jatuarana” [...] aí ele foi e despachou [...] há! aí eu peguei muita mercadoria [...] fomos embora trabalhar, trabalhei em dezembro, [...] trabalhei em janeiro, fevereiro e março, quando foi em fim de abril. [...] – “eu vou, já fiz um negócio e acho que não vou me enganar” - aí ele fretou uma balsa aí e mandou pra mim mermo... seu David Gatenha. [...] Uma vez eu cheguei com um pouco de pau-rosa e não era muito não, parece que era 16 tonelada de pau – “olha seu Anibal só vou ficar porque tu é um freguês velho, e me acompanhou minha jogada desde o princípio do pau-rosa [...]. (Entrevista com o Sr. Anibal Bentes).

O processo de explorar as madeiras em meio a floresta, era dificultoso e demandava tempo. Por conta disso, os mateiros faziam aquisição de mercadorias que durassem meses, até que conseguissem trazer quantidades suficientes de madeira para pagar essa dívida contraída e, como um pouco de sorte, garantir algum saldo positivo.

Quanto aos empregados da usina, o mecanismo contratual se estabelecia por pagamentos em diárias, um valor determinado pelo patrão, correspondente a função de cada trabalhador, variando de acordo com a força braçal. Nesse caso, as mulheres e crianças, ofereciam pouca produtividade, ficando estagnadas a um único serviço – carregamento de lascas – e por essa razão, ganhavam menos que os homens.

Essa época eu ganhava era 3 contos, me lembro benzinho, 3 contos, 3 cruzeiros naquela época, chegamos por aí, só sei que era 3 né, e os outros, como eu peguei a função de tá como foguista, aí eu passei pra 4 cruzeiro. Tinha outros que ganham 3, 2 [...], as mulheradas ganhavam 2 carregando madeira [...] carregando pau partido lá pra boca da caldeira. (Entrevista com o Sr. Geraldo Rodrigues).

Nesse sentido, para aumentar seus rendimentos, as mulheres encontravam outras formas de ganho, como vendas de merendas no local e emprego dos filhos que exerciam a mesma atividade de suas mães, garantindo um melhoramento na renda.

[...] Depois que a gente tivesse com uma semana ou duas, a gente já comprava, mais era o açúcar, café, sabão, essas coisas de comida [...] na taberna do David Gatenha, nosso patrão, [...] ele pagava, mas a gente tirava mais era [...] pra comer, pra pegar dinheiro naquele tempo não tinha nem aonde comprar nada aqui, se não fosse na casa do patrão [...]. Naquele tempo, nós, recebia era 10 [...] na semana todinha [...] 10 cruzeiro [...] agora os meninos, às vezes estou me lembrando dos meus filhos que trabalhavam e não sei, não sei nem quantos meus dois meninos ganhavam porque foi tudo misturado [...] minha conta com a deles, saia pra mim 10 [...] quando ele me dava dinheiro. (Entrevista com a Sra. Senhorina Gomes).

Na memória dos pau-roseiros, a usina enquanto “fonte de emprego”, representou uma garantia de sustento, como também uma possibilidade de mobilidade social. Partindo de uma análise consolidada pela literatura acadêmica, é inegável que a atividade de extração do pau-rosa, no contexto amazônico, é reconhecida como um sistema exploratório e degradante (Rodrigues, et al. 2016, p. 189). Porém, as narrativas dos depoentes expõem uma espécie de visão positiva do trabalho a que eram submetidos, uma vez que o encaravam como uma forma de sobrevivência que garantia estabilidade, mesmo que não oferecesse melhoras significativas em suas condições materiais.

Contudo, a percepção positiva do trabalho não pode ser tomada com uma crítica ao trabalhador, uma vez que, corre-se o risco de cometer anacronismo e julgamento de valor, pois são posições que, dependendo da perspectiva, podem, em alguma medida, representar tanto um caráter de submissão, quanto de resistência. Nesse sentido, conserva-se a memória dos trabalhadores, mantendo a concepção dos envolvidos a partir dos valores e ideias do seu tempo.

## **5. Formas de lazer**

No contexto da extração do pau-rosa nas regiões do Baixo Amazonas, os trabalhadores da usina, para terem momentos de contentamento diante de jornadas estafantes no trabalho, se endividavam com mulheres solteiras levadas pelo patrão. Essas mulheres, submetiam-se ao trabalho da prostituição como meio de subsistência e resistência ao casamento. Nisso, garantiam aos trabalhadores momentos de felicidade e prazer, enquanto faziam suas dívidas aumentarem junto ao patrão, mantendo-os vinculados ao trabalho de extração por tempo indeterminado (Bitencourt. 2016, p. 91-103).

Em Novo Aripuanã, segundo os depoentes, o cenário não oferecia as chamadas casa de tolerância. Isso porque a usina era próxima da cidade, facilitando que os trabalhadores retornassem à vida cotidiana com suas famílias. Às mulheres restava o trabalho na própria usina, atuando em serviços mais leves e com vendas de quitutes, etc.

É importante destacar, que a curta distância entre a cidade e a usina, pode ser um fator que explique uma estrutura de serviços e trabalho diferenciados das demais experiências amazônicas. O fato de não ficarem isolados de seu lugar de morada e do convívio social da comunidade fazia com que as estratégias de manutenção dos trabalhadores à usina se direcionassem a uma dependência exclusiva dessa fonte de renda que se apresentava como uma das poucas alternativas de ganho no município.

Mesmo tendo acesso à cidade, condições e liberdade de escolha na aquisição de mantimentos, os trabalhadores, por uma espécie de sentimento de lealdade, mantinham seu consumo sujeitos à relação de trabalho oferecidas pelo patrão, ou seja, faziam questão de comprar suas mercadorias e, quase que de livre vontade, se sujeitavam a vincular seus ganhos aos preços dos produtos do dono da usina.

Outro aspecto que pode ser indicativo da peculiaridade do trabalho em Novo Aripuanã, pode ser visto na necessidade do patrão em manter a produção a todo vapor.

Segundo os depoentes, foram construídas casas para os trabalhadores em entorno da usina, e cedidas para famílias que não possuíam residências na cidade. Apesar de parecer um ato de benevolência, a oferta de moradia dentro da usina revela o objetivo do patrão em manter seus empregados nas proximidades do trabalho de modo a evitar atrasos ou faltas.

Tinha duas casas pelo do lado direito, que ela fica de frente pra margem do rio... tinha alguns funcionários dele [...] ele fez tipo uma rua, que tinha alguns funcionários que moravam lá com suas famílias, inclusive eu tive uma irmã que ela e o marido dela moravam lá, porque o marido dela trabalhava pro senhor David também, ele trabalhava como motorista do barco do senhor David [...] mais assim, tinha acho que umas seis ou sete casas assim na lateral, além disso, tinha um grande armazém. (Entrevista com o Sr. Manoel Vivaldo).

Essa análise é importante, pois ao perceber a estrutura montada pelo dono da usina, percebe-se que a oferta de certas diversões ou formas de extravasar o cansaço da labuta não eram necessárias, pois o controle do trabalho e do tempo estavam submetidos às condições peculiares do espaço em que a usina foi, estrategicamente, montada.

Mesmo assim, os trabalhadores da usina, apesar das extensas horas de trabalho, e condições desfavoráveis, encontravam meios de amenizar a dureza de seus ofícios. Isso fica evidente nas narrativas dos depoentes ao revisitarem momentos nostálgicos vividos no local.

[...] era um trabalho! mas ao mesmo tempo a gente se divertia, no caso quando o sol estava muito quente, carregava o pau-rosa na beira do rio, depois caíamos na água, dava aquela “brincadeirazinha” rápida, porquê, o gerente de lá era meio rígido, então não deixava a gente folgar na hora do serviço [...] é, muitas recordações [...] a gente [...] colocava uma malhadeira na frente da usina, pegava um peixinho, pegava uma coisa e assava, é, foi bom esse período que eu trabalhei lá. (Entrevista com o Sr. Paulo Santana).

A narrativa do depoente evidencia brechas na dinâmica do trabalho que permitia momento de descontração e alívio durante a produção do óleo essencial. Outra forma de lazer que acontecia naquele espaço, segundo o Sr. Barrasco, era uma atividade esportiva nos finais de semana proporcionada pelo patrão.

Festa não, só um jogo de bola [...], tinha um campinho lá, era eu, esse que se chama Curimatá, [...] a gente parava 5 horas aí a gente jogava até as 5 e 30, quando a gente parava aí começa trabalhar de noite de novo [...]. Ele fazia, [...] chamava todo mundo dia de sábado. [...] trazia assim, um refrigerante, ou coisas de bolacha, [...] fazer um torneio, quem ganhasse, ganhasse tudinho. Seu David Gatenha, todo sábado ele fazia, [...] quando ele saia pra dentro do rio Aripuanã não fazia, quando ele chegava fazia de novo, era muito bom. (Entrevista com o Sr. Edinaldo Teixeira - Barrasco).

Esses momentos de lazer, são alguns registros que retratam o cotidiano dos trabalhadores em meio uma atividade contínua, em que as formas de diversão não se atrelam ao endividamento, mas mantem firme o objetivo final, de garantir o estado de dependência estabelecido pelo patrão aos seus empregados. Assim, as relações estabelecidas entre o patrão e o empregado, de certa forma se condiciona a interesses individuais, onde, por um lado, o patrão domina a mão de obra para não cessar a produção, e por outro, o trabalhador submete-se ao trabalho por necessidade de sobrevivência.

Isto posto, fica difícil reconstruir um cenário mais amplo de atividades recreativas no trabalho do pau-rosa em Novo Aripuanã. Enquanto em outros lugares o lazer era condicionado à necessidade de manutenção da mão de obra em suas posições, no município em questão as condições geográficas e econômicas tornavam desnecessário a utilização desse artifício, pois os trabalhadores estavam imersos no trabalho de forma integral sem oferecer qualquer possibilidade de evasão.

## **6. Considerações finais**

Este relato de experiência acadêmica, possibilitou reconstruir um cenário da produção do pau-rosa em Novo Aripuanã-AM, partindo da análise das narrativas dos trabalhadores. De acordo com os estudos e sob a percepção deles, a atividade de extração na usina, trouxe benefícios para o município, proporcionando oportunidades de empregabilidade às famílias de baixa renda, a vista que a atividade demandava muitas funções.

Por outro lado, expõe uma realidade no qual os trabalhadores submetiam-se a condições de insalubridades e longas horas no serviço. A atividade também evidenciou o uso da mão de obra infantojuvenil, já que nesse período o sistema de fiscalização perpassava por elaborações em todo estado nacional. A pesquisa demonstrou algumas peculiaridades no processo produtivo nessa região, como é caso do mateiro, que não se reconhecia como empregado, mas como um cliente, uma categoria que negociava com o proprietário. Outro aspecto da produção, são as formas de lazer no ambiente do trabalho, que não estão condicionados ao endividamento, mas evidencia um compromisso de lealdade ao patrão.

Enfim, a memória desses trabalhadores evidencia uma atividade que foi importante para a subsistência de famílias carentes no município. Todavia é inegável que esse trabalho

apresente profundo traços que apontam desigualdade, exploração e degradação dos sujeitos envolvidos nos processos braçais.

Assim, estudos que busquem problematizar realidades relativas ao trabalho e ‘a reconstrução histórica são bem-vindos e acredita-se que este tenha cumprido o seu papel, embora ainda exista questão a ser aprofundadas.

## 7. Fontes Orais

Anibal Bentes Ferreira. **História Oral Temática: Memórias de ex-trabalhadores da extração do óleo essencial de pau-rosa em Novo Aripuanã-Am nas décadas de 1960-1970.** Entrevista cedida a Lilia Quadro de Carvalho. Novo Aripuanã, Amazonas, outubro de 2024.

Edinaldo da Silva Teixeira. **História Oral Temática: Memórias de ex-trabalhadores da extração do óleo essencial de pau-rosa em Novo Aripuanã-Am nas décadas de 1960-1970.** Entrevista cedida a Lilia Quadro de Carvalho. Novo Aripuanã, Amazonas, setembro de 2024.

Geraldo Rodrigues França. **História Oral Temática: Memórias de ex-trabalhadores da extração do óleo essencial de pau-rosa em Novo Aripuanã-Am nas décadas de 1960-1970.** Entrevista cedida a Lilia Quadro de Carvalho. Novo Aripuanã, Amazonas, agosto de 2024.

José Elias Saldanha Colares. **As narrativas dos ex-funcionários e colaboradores da Usina de extração do óleo essencial do Pau rosa em Novo Aripuanã na década de 1970.** Entrevista concedida a Lilia Quadro de Carvalho; Vander Pinto Magalhães, Sabrina Borges da Costa. Novo Aripuanã, Amazonas, fevereiro de 2024.

Sinhorina Gomes de Amorin. **História Oral temática: Memórias de ex-trabalhadores da extração do óleo essencial de pau-rosa em Novo Aripuanã-Am nas décadas de 1960-1970.** Entrevista cedida a Lilia Quadro de Carvalho. Novo Aripuanã, Amazonas, agosto de 2024.

Manoel Vivaldo Alves de Magalhães. **As narrativas dos ex-funcionários e colaboradores da Usina de extração do óleo essencial do Pau rosa em Novo Aripuanã na década de 1970.** Entrevista concedida a Lilia Quadro de Carvalho; Vander Pinto Magalhães, Sabrina Borges da Costa. Novo Aripuanã, Amazonas, fevereiro de 2024.

Paulo Francisco Alves de Santana. **As narrativas dos ex-funcionários e colaboradores da Usina de extração do óleo essencial do Pau rosa em Novo Aripuanã na década de 1970.** Entrevista concedida a Lilia Quadro de Carvalho; Vander Pinto Magalhães, Sabrina Borges da Costa. Novo Aripuanã, Amazonas, fevereiro de 2024.

Raimundo de Oliveira da Silva. **As narrativas dos ex-funcionários e colaboradores da Usina de extração do óleo essencial do Pau rosa em Novo Aripuanã na década de 1970.**

Entrevista concedida a Lilia Quadro de Carvalho; Vander Pinto Magalhães, Sabrina Borges da Costa. Novo Aripuanã, Amazonas, fevereiro de 2024.

## 8. Referências

- BITTENCOURT, Miriam Souza; RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Histórias silenciadas: o extrativismo do pau-rosa na Amazônia.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 37. 2014. Foz do. Iguaçu. Anais ... Foz do Iguaçu. 2014 a. p. 112-131.
- BITTENCOURT, Miriam Souza; **Mandatários, solteiros e abonados: relações de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras nas usinas de pau-rosa (1950-1980).** 2016. 127 f.: Dissertação - Programa de pós-graduação sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia. Parintins, 2016.
- COLARES, Isabela Soares; PIMENTA, Luiz Felipe Buzaglo. **Ciclos Econômicos e os reflexos no Espaço urbano do município de Novo Aripuanã-Am.** Geografia (Londrina) v.31. n.2 – pág. 107- 127, julho. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/45579/32207>. Acesso em: 20 março de 2024.
- GOUVEA, Francisco Carlos Ferreira. **História do Nosso Povo.** Novo Aripuanã-Am. Campinas, SP: D7 Editora. 2021, p. 67.
- GUIMARÃES, Ethel de Miranda Bezerra. **História do trabalho da criança e do adolescente.** 2011. 55 f.: Monografia de Graduação - Faculdade de Direito Coordenação de atividades complementares e elaboração de Monografia Jurídica, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/33612/1/2011\\_tcc\\_embguimar%C3%A3es.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/33612/1/2011_tcc_embguimar%C3%A3es.pdf). Acesso em: 04 de novembro de 2024.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo do óleo essencial de pau-rosa na Amazônia.** In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama (ed). Extrativismo vegetal na Amazônia: História, ecologia e economia e domesticação. Brasília: Embrapa, 2014. p. 76-94.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; Holanda, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar.** José Carlos Sebe Bom Meihy, Fabíola de Holanda -2. Ed. 8ª reimpressão. – São Paulo: contexto, 2020.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Tradução Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo, (10). Dezembro de 1993.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, pág. 200-212.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n3, 1989, pág. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente.** Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997.
- RODRIGUES, Renan Albuquerque; TRINDADE, Deilson do Carmo; BITTENCOURT, Miriam Souza. **Trabalhadores na produção da essência de pau-rosa na Amazônia.** In: Novos Cadernos NAEA, v. 19, n. 2, p. 173-191, maio-agosto, 2016.